

A ética e a moral hoje

No século XX surgiu uma nova maneira de encarar as questões éticas e morais. A consciência, tal como era entendida na modernidade, deixou de ser o critério último de avaliação e cedeu lugar para a interpretação da linguagem.

Na primeira metade do século XX, filósofos tais como os representantes da Escola de Frankfurt (Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse) analisaram a crise da razão contemporânea, o "eclipse da razão". Para evitar os irracionalismos, queriam recuperar a razão não repressora, capaz de autocrítica e posta a serviço da emancipação humana. Esses filósofos utilizaram o conceito de Iluminismo em sentido amplo, não restrito ao período histórico da Ilustração, no século XVIII. Ou seja, um pensador iluminista pertence a qualquer tempo, na medida em que faz uso das luzes da razão para combater as superstições, o arbítrio do poder e para defender o pluralismo e a tolerância.

O filósofo Jürgen Habermas (1929), desenvolveu a teoria da ação comunicativa, conceito básico para a compreensão da chamada ética do discurso. Dessa tendência também fazem parte Karl-Otto Apel (1922) e Ernst Tugendhat (1930).

A ética discursiva recorre à razão para sua fundamentação.

Embora sob a influência de Kant, o conceito de razão em Habermas não se reduz ao de razão reflexiva, mas é ampliado para uma concepção de razão comunicativa. Enquanto na razão kantiana o juízo categórico funda-se no sujeito e supõe a razão monológica, o sujeito em Habermas é descentrado, porque a razão comunicativa apoia-se no diálogo, na interação entre os indivíduos do grupo, mediada pela linguagem, pelo discurso. Evidentemente, a interação entre os sujeitos precisa ser feita sem pressões típicas do sistema econômico (que se baseia na força do dinheiro), ou do sistema político (que se funda no exercício do poder). Nesse sentido, no mundo da economia e da política os acordos são pactos, negociações em que prevalecem os interesses particulares e portanto a racionalidade instrumental.

Ao contrário, a razão comunicativa é mais rica por ser processual, construída a partir da relação entre os sujeitos, como seres capazes de posicionarem-se criticamente diante das normas. No entanto, a validade das normas não deriva de uma razão abstrata e universal nem depende da subjetividade narcísica de cada um, mas do consenso encontrado a partir do grupo, do conjunto dos indivíduos, em uma "situação ideal de fala". Assim, a subjetividade transforma-se em intersubjetividade, mais propriamente em intercomunicação. Vejamos o exemplo: a validade da norma "não roube" deveria estar fundada na razão comunicativa e resultaria do discurso interpessoal. A ação comunicativa supõe, portanto, o entendimento entre os indivíduos que procuram, pelo uso de argumentos racionais, convencer o outro - ou se deixar convencer - a respeito da validade da norma, até que ela possa ser universalizável: aceita por todos. Instaura-se, então, o mundo da sociabilidade, da espontaneidade, da solidariedade, da cooperação. Os oponentes da teoria habermasiana criticam a impossibilidade de se alcançar esse ideal. No entanto, a intenção não é realizar a utopia, mas ter o ideal como horizonte do discurso, ainda que inalcançável.

Se pensarmos nas discussões atuais sobre ética aplicada, diante dos problemas comuns a todos os que habitam este planeta, é possível compreender como cada vez mais é necessário rever comportamentos e buscar soluções, ainda que as conclusões sejam revistas com frequência.

Repensando o histórico

Apesar da variedade de enfoques em cada período histórico, é possível identificar algumas tendências predominantes: Na Antiguidade e na Idade Média, a preocupação com a moral é metafísica - voltada para as definições do ser (do que é) - e busca princípios absolutos e eternos; A partir da modernidade, o foco desvia-se para o sujeito que conhece - é a fase da valorização da consciência, que pensa e que orienta o agir; Finalmente, na época contemporânea, as discussões giram em torno da linguagem, do uso que fazemos dela, sobre o que as palavras explicitam e o que ocultam. Mesmo sem encontrar o fundamento último que possa justificar os atos morais, há quem procure fundamentá-los por meio da argumentação compartilhada, de modo a esclarecer por que alguns valores são preferíveis a outros, por que certos critérios são válidos e outros não. É essa crença que nos mantém na busca de normas válidas, ainda que provisórias. Afinal, seria possível alcançar a universalidade dos valores morais, numa época marcada pela heterogeneidade de comportamentos, por segmentos sociais tão diversos como as mulheres, os homossexuais, os negros, os indígenas, que defendem posições igualitárias na sociedade discriminadora? Para Comte-Sponville, é possível: A moral pode ser ao mesmo tempo relativa (em sua fonte) e universalizável (em seu horizonte). De um ponto de vista prático, é o universal que prevalece, ou deve prevalecer: é isso que está em jogo no combate pelos direitos humanos.